

LEITURA CRÍTICA SOBRE A CONCEPÇÃO DE CAUSALIDADE HISTÓRICA EM MONTESQUIEU E KARL MARX

Juan Anderson Ruiz Pena³¹

Resumo: Este artigo propõe uma análise crítica do objeto e do método na filosofia da história, buscando uma leitura crítica a partir da essência analítica de Montesquieu e Marx. Inicialmente, recupera-se a obra *Grandeza e decadência dos romanos*, de Montesquieu, para demonstrar como sua explicação histórica está baseada em uma concepção de causalidade múltipla, centrada na ação de sujeitos notáveis — reis, cônsules e generais — cuja virtude ou decadência influencia diretamente os rumos da história. Em seguida, nosso estudo avança para a crítica marxiana da história, compreendendo o trabalho como categoria ontológica e fundamento do campo das determinações causais. O artigo discute ainda a presença do método em Marx, destacada por Althusser, e aprofunda a compreensão do processo histórico como totalidade contraditória, com base na formulação de João Leonardo Medeiros e na ontologia do ser social de György Lukács. Conclui-se que a transição de uma causalidade centrada em sujeitos individuais para uma leitura crítica fundada no trabalho permite compreender a história como movimento de contradições, em que a permanência e a transformação se articulam dialeticamente. A pesquisa reafirma a atualidade do método materialista e da crítica ontológica como caminhos potentes para a compreensão das formas sociais em constante devir.

Palavras-chave: Filosofia da história; Causalidade, Trabalho; Método Dialético; Contradições; Ontologia do Ser Social.

Abstract: This article offers a critical examination of object and method in the philosophy of history, drawing on the analytical core of Montesquieu's and Marx's approaches. It begins with an analysis of Montesquieu's *Considerations on the Causes of the Greatness of the Romans and Their Decline*, showing that his historical explanation rests on a conception of multiple causality centered on the actions of outstanding individuals—such as kings, consuls, and generals—whose virtue or moral decay is seen as decisive for historical outcomes. The discussion then turns to the Marxian critique of history, in which labor is understood as an ontological category

³¹ Aluno do Programa de Pós-graduação em Geografia da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. E-mail: juarupe.85@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4648-6803>.

and as the foundational ground of causal determination. The article also addresses the question of method in Marx, as emphasized by Althusser, and further develops the notion of the historical process as a contradictory totality, drawing on the work of João Leonardo Medeiros and on György Lukács's ontology of social being. It argues that the shift from an individual-centered conception of causality to a critical framework grounded in labor enables a dialectical understanding of history as a dynamic interplay of continuity and transformation. In this sense, the study reaffirms the continuing relevance of the materialist method and ontological critique as powerful tools for grasping social forms in their ongoing process of becoming.

Keywords: Philosophy of history; Causality; Labor; Dialectical method; Contradiction; Ontology of social being.

1. Introdução: Filosofia da História e Método

A filosofia da história pode ser compreendida como um campo que organiza e interpreta os diferentes conceitos ou modelos sobre o sentido da história. Essa perspectiva possibilita superar uma visão unilinear e determinista do processo histórico, abrindo possibilidade para uma multiplicidade de sentidos e abordagens. É fundamental destacar que tais interpretações podem ser construídas a partir de diferentes tradições de conhecimento, contribuindo para formas de compreensão da realidade que não estejam alienadas a visões de mundo dominantes.

Quando tratamos da filosofia da história, estamos também nos referindo a uma forma específica de compreendê-la. Nesse sentido, foi-nos apresentada uma proposta de organização que articula a história da filosofia, a história da ciência e a divisão tradicional entre filosofia antiga, moderna e contemporânea.

Nosso recorte ficou centrado na filosofia moderna, com uma subdivisão que distingue o período anterior a Kant, o próprio Kant e o período posterior a ele³². Se nossa hipótese estiver correta, tal divisão está relacionada a uma compreensão teleológica da história — ou seja, uma visão orientada por finalidades ou sentidos históricos que guiam o desenvolvimento do pensamento filosófico.

A filosofia da história pode ser entendida, portanto, como um sistema teórico voltado à organização e interpretação dos diferentes sentidos e modelos de concepção histórica. Trata-se

³² Agradecemos ao prof. Dr. Marcelo Primo, do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Sergipe, pela sugestão dessa divisão metodológica dentro da filosofia da história.

de um complexo social que exerce influência não apenas sobre a historiografia, mas também sobre distintas áreas do conhecimento científico.

Essa estruturação conceitual é fundamental, pois permite mapear, de maneira mais ampla, os diversos modelos de história existentes, viabilizando uma aproximação crítica e aprofundada com o próprio objeto histórico. Ao oferecer múltiplas chaves interpretativas, a filosofia da história amplia os horizontes de compreensão do real e favorece uma leitura mais articulada das diferentes dimensões da realidade histórica.

2. O Objeto Histórico em Montesquieu

Montesquieu (1689–1755) é um autor clássico amplamente referenciado nos estudos das ciências humanas, sobretudo na ciência política, na filosofia, na história e, em alguns casos, na sociologia e nas chamadas ciências sociais clássicas. Erudito de seu tempo desenvolveu, por meio de sua obra, uma compreensão histórica marcada por um movimento racional e articulado, capaz de explicar os acontecimentos históricos para além do acaso.

Para Montesquieu, os fatos históricos não ocorrem de forma aleatória, mas se inserem em uma trama complexa de determinações causais. Ou seja, os eventos resultam de um conjunto de causas múltiplas — de diferentes ordens e esferas — que convergem e se articulam no desdobramento de cada processo histórico.

Para melhor situar a obra ao fazer uma leitura crítica sobre os fundamentos analíticos dos autores K. Marx e Montesquieu, que é a proposta que pretendemos desenvolver — especialmente no que diz respeito aos encontros e dissonâncias entre o objeto de estudo e a história —, retomamos a obra *Grandeza e decadência dos romanos*, publicada por Montesquieu em 1748, pouco antes de sua morte.

Realizamos uma leitura minuciosa e metodicamente orientada dessa obra, buscando compreender sua estrutura interna e a forma como projeta, de maneira coerente e instigante, os fatores que levaram à ascensão e à queda de Roma. Essa leitura fundamenta nossa abordagem interpretativa, oferecendo subsídios relevantes para refletir sobre a articulação entre causalidade histórica e interpretação crítica, segundo nossa perspectiva analítica.

Vale destacar que *Grandeza e decadência dos romanos* foi publicada em 1748, já no final da vida de Montesquieu. Trata-se de uma de suas obras mais maduras, em que sua proposta de um campo de causas — ou de um entrelaçamento causal — se apresenta de forma mais consolidada e sofisticada.

3. Causalidade e Sujeito na História Romana

De maneira precisa, pode-se afirmar que o objeto central da análise de Montesquieu em *Grandeza e decadência dos romanos* são os indivíduos que ocuparam posições de poder em Roma, tais como reis, príncipes e cônsules. O autor destaca a relevância dessas figuras históricas ao afirmar: “Uma das causas da prosperidade romana é que seus reis foram todos grandes personagens. Não encontramos em nenhuma outra parte, nas histórias, uma sequência ininterrupta de estadistas e capitães de tal porte” (MONTESQUIEU, 2002, p. 12). Essa ênfase na qualidade moral e política dos governantes revelam uma concepção da história baseada na ação de sujeitos notáveis e na influência das virtudes individuais sobre o curso dos acontecimentos.

O que reforça nossa interpretação sobre o objeto da história em Montesquieu — centrado nas ações dos indivíduos em posições de poder — é a comparação de Roma antiga com os acontecimentos da história moderna. Ele afirma que, diante de acontecimentos sociais relevantes, como a guerra ou a paz, prevalece uma orientação contínua para o conflito. Vejamos:

A história moderna nos oferece um exemplo do que então sucede a Roma; é bem notável, pois, como os homens tiveram em todos os tempos as mesmas paixões, as ocasiões que produzem as grandes mudanças são diferentes, mas as causas são as mesmas (MONTESQUIEU, 2002, p. 13).

Essa passagem confirma que, para Montesquieu, são as paixões humanas — constantes ao longo do tempo — que movem os processos históricos. A diversidade dos contextos (as “ocasiões”) não elimina a permanência das causas fundamentais, que ele localiza justamente nos impulsos, ambições e decisões dos sujeitos históricos. Tal concepção fortalece nossa hipótese: de que o verdadeiro objeto da história, em Montesquieu, são os homens que governam — suas virtudes e vícios —, que constituem, em última instância, o motor de sua interpretação da ascensão e decadência de Roma.

Pode-se afirmar que essa causa — a ação dos sujeitos nas posições de poder e sua articulação com a estrutura institucional — é a primeira a emergir no texto de Montesquieu. Ela não apenas inaugura a narrativa explicativa, como também carrega consigo uma intencionalidade clara: a de ser apresentado como o “cavalo galopante” de Dom Quixote, ou seja, como a força impulsionadora e simbólica da explicação histórica que se seguirá. Essa imagem nos permite argumentar que essa causa inaugural se infiltra sutilmente em todas as demais causas apresentadas pelo autor, funcionando como um princípio estruturante que, ao

mesmo tempo que organiza o discurso, limita a possibilidade de uma leitura histórica mais radicalmente crítica. Trata-se, portanto, de um ponto central a ser problematizado: essa primeira causa não apenas introduz o enredo histórico, mas mina — por dentro — a proposta de história que Montesquieu pretende construir.

4. O Método em Montesquieu: Estrutura, Paixão e Decisão

Entende-se, em Montesquieu, a existência de um campo de determinações ou causas múltiplas que compõem um sistema complexo, a partir do qual se torna possível realizar uma leitura histórica sobre a ascensão e a queda dos romanos. Essas causas não operam isoladamente, mas se articulam em um conjunto dinâmico e interdependente. O próprio autor aponta para essa relação como explicativa entre instituições e sujeitos históricos ao afirmar: “Quando as sociedades nascem, os chefes das repúblicas é que moldam a instituição; depois, a instituição é que afeiçoa os chefes das repúblicas” (MONTESQUIEU, 2002, p. 12). Essa passagem ilustra como, para Montesquieu, a causalidade histórica envolve tanto a ação dos indivíduos quanto a força das estruturas institucionais que, com o tempo, passam a condicioná-los.

Montesquieu também destaca a importância da organização social e econômica no interior da República Romana, especialmente no que diz respeito à partilha dos frutos da guerra. O botim conquistado era considerado bem comum e distribuído entre os soldados, mas os benefícios não se limitavam apenas aos combatentes. Conforme o autor relata:

O botim era declarado comum e distribuído entre os soldados. [...] Finalmente, os cidadãos que permaneciam na cidade usufruíam também dos frutos da vitória. Confiscava-se parte das terras do povo vencido e dela se faziam outras duas: uma era vendida em proveito do povo; a outra era distribuída aos cidadãos pobres, que se obrigavam a pagar uma renda à República (MONTESQUIEU, 2002, p. 15).

Essa passagem evidencia como o sucesso militar romano estava diretamente articulado a mecanismos de redistribuição econômica que buscavam, ao menos parcialmente, integrar os diferentes segmentos sociais à lógica expansionista do Estado. A guerra, nesse contexto, não era apenas instrumento de dominação, mas também fator de estabilização social, ainda que sob o controle das elites republicanas.

Para justificar essa forma de se servir dos “benefícios” da guerra, é importante observar que, em Montesquieu, a guerra não se apresenta como causa direta da ascensão ou da queda de Roma, mas como um meio eficaz de perpetuação do poder romano — funcionando como

instrumento de ocupação, pilhagem e imperialismo em toda a sua amplitude, abrangendo desde os aspectos culturais até os costumes e práticas sociais dos povos conquistados. Nesse processo, os romanos assimilavam os usos, práticas e tradições considerados superiores ou mais eficazes dos povos dominados, incorporando-os à sua própria organização sociopolítica. Como afirma o autor: “como os romanos se destinavam à guerra e a consideravam a única arte, empenharam todo o seu espírito e todos os seus pensamentos na tarefa de aperfeiçoá-la” (MONTESQUIEU, 2002, p. 19).

As seguintes citações reforçam nossa hipótese de que o verdadeiro objeto de Montesquieu é a figura dos grandes personagens históricos, que servem como fio condutor de suas reflexões. É por meio deles que o autor busca explicitar as causas e consequências das vicissitudes enfrentadas por Roma ao longo do tempo de seu império.

Todas as vezes que os romanos se acreditaram em perigo, ou tencionaram reparar alguma perda, foi prática constante entre eles robustecer a disciplina militar. Devem mover guerra aos latinos, povo tão belicoso como eles mesmos? Mânlio planeja aumentar a força do comando e faz executar seu filho, que vencera sem sua ordem. Foram derrotados em Numância? Cipião Emiliano começa por privá-los de todo aquilo que os amolentara. ... (MONTESQUIEU, 2002, p. 21)

Essa citação é bastante reveladora. Pois esta exemplifica como ações individuais decisivas de líderes romanos são interpretadas como resposta direta às circunstâncias históricas. Montesquieu escolhe destacar nomes específicos (Mânlio, Cipião Emiliano) e seus atos morais e políticos — reforçando a tese de que a história, para ele, se move pela virtude ou decisão dos governantes, e não por forças estruturais anônimas logo, reforça a hipótese de que os indivíduos em posições de poder são motores da história: “Isso exige reflexão, do contrário observaríamos os acontecimentos sem compreendê-los e, não percebendo bem a disparidade das situações, acreditaríamos, ao ler a história antiga, estar diante de homens diferentes de nós” (MONTESQUIEU, 2002, p. 25)

Aqui, Montesquieu chama o leitor à reflexão histórica. Embora ele reconheça a disparidade entre os contextos históricos, ele reafirma que a compreensão da história passa pela ação dos homens concretos, que não são “seres míticos” ou diferentes em essência de nós. Isso também sustenta sua ênfase na centralidade das paixões e decisões humanas. Reforçando mais uma vez nossa hipótese de que o foco está nos sujeitos históricos, e não em leis impessoais ou estruturas cegas.

Pretende-se apresentar a processualidade do método empregado por Montesquieu, cuja forma de abordagem histórica revela-se bastante original para sua época — e, em grande medida, esquecida nos dias atuais. Trata-se de um esforço metódico para identificar as

consequências a partir das causas e compreender, de modo articulado, os encadeamentos internos da história. Sua leitura das transformações sociais em Roma exemplifica bem esse procedimento:

os fundadores das antigas repúblicas haviam também partilhado a terra. ... Quando as leis não eram observadas com rigor, ... A avareza de certos particulares e a prodigalidade de outros faziam passar as terras a um número limitado de mãos; ... Com isso, já quase não havia cidadão nem soldados, pois as terras outrora destinadas a manutenção destes passavam a prover à dos escravos e artesãos. ... Tais pessoas não podiam dizer afeitas à guerra: eram preguiçosas e já corrompidas pelo luxo das cidades, as vezes por sua própria arte [da guerra] (MONTESQUIEU, 2002, p. 26).

Montesquieu adota um método interpretativo singular para sua época, baseado na identificação do nexos causal entre acontecimentos históricos e as ações de sujeitos concretos. Em sua análise da história romana, as causas não são apresentadas como forças impessoais ou meramente estruturais, mas como efeitos de decisões, comportamentos e vícios de determinados atores sociais. Essa abordagem revela um pensamento processual e relacional, no qual a história é compreendida como resultado de uma cadeia de ações humanas, cujos efeitos se desdobram sobre as instituições e a sociedade. Assim, o que está em jogo é uma história marcada pela intencionalidade e responsabilidade dos sujeitos — reis, governantes, legisladores, proprietários —, que movem a narrativa histórica a partir de suas virtudes e falhas.

A citação extraída da obra *Grandeza e decadência dos romanos* (p. 26) ilustra de forma exemplar esse método. Montesquieu descreve como os fundadores das antigas repúblicas partilharam a terra, estabelecendo um princípio de equilíbrio social. No entanto, quando esse princípio deixou de ser rigorosamente observado, a avareza de alguns e a prodigalidade de outros — sujeitos claramente identificados — provocaram a concentração fundiária em poucas mãos. Essa transformação teve consequências diretas: o desaparecimento dos pequenos proprietários, que antes constituíam os cidadãos-soldados, e sua substituição por uma população de escravos e artesãos, socialmente passiva e moralmente enfraquecida. Nesse processo, Montesquieu mostra como a degeneração militar e cívica da república está diretamente ligada às ações concretas desses indivíduos. Portanto, a história, em sua leitura, é atravessada por uma lógica de causalidade moral e política, cuja chave interpretativa reside na conduta dos agentes históricos.

Vejamos agora um exemplo particularmente elucidativo da aplicação do método de Montesquieu. Ao analisar a figura de Pirro, o autor afirma: “A grandeza de Pirro consistia unicamente em suas qualidades pessoais. Diz Plutarco que ele se viu obrigado a fazer a guerra da Macedônia por não conseguir manter os seis mil infantes e os quinhentos cavalos que

possuía” (MONTESQUIEU, 2002, p. 30). Aqui, temos uma clara configuração do esquema causal montesquiano. O **objeto da análise** é o sujeito histórico — **Pirro**, rei do Épiro. A **consequência** observável é a guerra contra a Macedônia, enquanto a **causa imediata e concreta** está no fator material: a dificuldade de sustentar sua infantaria e cavalaria.

Esse exemplo reforça a hipótese de que Montesquieu constrói sua explicação histórica a partir da ação de sujeitos específicos, sempre situados em contextos materiais definidos. Pirro não é um símbolo abstrato da guerra, mas um sujeito histórico cuja decisão é condicionada por limitações práticas — a manutenção de seu exército. A causalidade, portanto, não reside apenas em suas virtudes individuais (a “grandeza”), mas também em uma necessidade objetiva que o força à ação. Assim, a guerra não é explicada por paixões vagas ou destinos inevitáveis, mas por uma articulação entre sujeito, circunstância material e consequência política. Trata-se de um modelo de interpretação que permite localizar com precisão os nexos causais nos processos históricos, conferindo inteligibilidade às ações humanas no tempo.

A partir do que foi até o momento argumentado sobre o objeto e o método na obra *Grandeza e decadência dos romanos*, podemos afirmar que Montesquieu desenvolve uma abordagem histórica que conjuga, de forma original para sua época, uma causalidade múltipla centrada na ação dos sujeitos históricos — especialmente aqueles em posição de mando político. O objeto de sua análise é constituído por esses indivíduos concretos, cujas decisões, virtudes e vícios operam como motores dos acontecimentos. O método, por sua vez, consiste numa reconstrução minuciosa das causas e consequências que articulam tais ações em meio a estruturas institucionais e condições materiais. Trata-se de um procedimento analítico que não reduz a história a leis gerais ou estruturas impessoais, mas que também não se rende ao puro acaso: o sentido histórico emerge na tensão entre agência e estrutura, paixão e instituição. Essa forma de interpretar a história — relacional, moral e política — atravessa toda a obra, funcionando como eixo organizador da narrativa sobre Roma.

5. Do Sujeito até o Trabalho: Transição Crítica a Marx

Projeta-se, portanto, que este método, encadeamento causal, usado por Montesquieu marcado pela ênfase nos sujeitos históricos como operadores conscientes de mudanças — se estende por toda a obra *Grandeza e decadência dos romanos*, formando uma malha coerente de inteligibilidade histórica. A narrativa de Montesquieu não se apresenta como um catálogo de fatos, mas como uma construção interpretativa onde cada evento se liga a outro por meio de

nexos de ação e reação, desejo e consequência. Ao fim da obra, esse método cumpre seu papel: revelar que o destino de Roma não foi traçado por forças misteriosas, mas pelas escolhas de seus homens e pelas instituições que criaram e, depois, os moldaram. É nesse ponto de fecho que se pode transitar à crítica marxiana da história, na qual a causalidade histórica deixa de estar centrada nas virtudes individuais e passa a ser compreendida pela mediação das formas sociais do trabalho e da produção. Assim, ao final de Montesquieu, abre-se a possibilidade de um novo objeto — o valor — e de um novo método — a crítica da economia política —, capazes de historicizar a própria forma como a história foi pensada.

6. Althusser: Montesquieu em Marx?

Existe a ideia de que Marx leu Montesquieu e, possivelmente, compreendeu e assimilou profundamente o método da causalidade descrito anteriormente. Esse método não apenas contribui para a compreensão dos processos históricos, mas também oferece uma forma específica de pensar e intervir na sua demonstração. Trata-se, contudo, de uma hipótese defendida por um dos marxistas mais heterodoxos e enigmáticos: Louis Althusser. É importante esclarecer que Althusser está lendo e debatendo com as obras de Montesquieu, demonstrando um interesse particular em desenvolver uma discussão que permita identificar, em Marx, a presença de um encadeamento causal nos processos históricos. Ele baseia essa suposição em uma citação de *A Ideologia Alemã* (2007), na qual Marx discorre sobre a divisão dos poderes e afirma que esta obedece a uma lei interna. A seguir, apresentamos a citação utilizada por Althusser, a fim de ilustrar o exercício interpretativo por ele proposto.

O confronto e o equilíbrio forçado de duas classes antagonistas, cada uma impotente para triunfar da outra e o perigo em que a luta entre elas lançaria toda a sociedade teriam dado ao rei ocasião de se erguer acima delas como árbitro da sua rivalidade e de tirar toda a sua força do seu próprio poder contrariado ou ameaçado pela potência contrária. (ALTHUSSER, 1972. P. 149)

Por exemplo, numa época e num país em que o poder real, a aristocracia e a burguesia disputam entre si o domínio, onde o domínio é portanto dividido, surge como ideia dominante a doutrina da divisão de poderes, que então é enunciada como uma lei eterna (MARX, 2007. P. 47)

Mas a passagem mais reveladora é aquela em que o próprio Althusser explicita seu interesse em realizar tal exercício, reforçando nossa proposta de que tanto Montesquieu quanto Marx desenvolvem uma análise pautada na causalidade — compreendida aqui como um campo de determinações múltiplas que conformam uma linha de raciocínio histórico. Trata-se de uma lógica em que cada causa contempla um conjunto de consequências, compondo o movimento

da história. No caso de Marx, é a contradição que assume esse papel fundamental, sendo ela o motor que impulsiona o desenvolvimento histórico.

Por mais arriscada que seja a comparação que anuncio com todas as precauções, o tipo de *determinação em última instância pelo princípio*, determinação que delimita no entanto toda uma zona de eficácia subordinada à *natureza* do governo, pode ser aproximado do tipo de determinação que Marx atribui em *última instância à economia*, determinação que delimita no entanto toda uma zona de eficácia subordinada à política. Em ambos os casos estamos em presença de uma unidade que pode ou não ser contraditória; em ambos os casos existe um elemento determinante em última instância; em ambos os casos esta determinação deixa no entanto ao elemento determinado toda uma, região de eficácia, mas subordinada (ALTHUSSER, 1972. P. 73-74)

Na citação anterior, podemos observar como Althusser faz alusão à concepção de unidade presente em Montesquieu — unidade essa que pode ou não ser contraditória, podendo assumir, portanto, uma forma dialética. Apresentamos a partir de nossa leitura, uma curiosidade teórica que consideramos significativa: trata-se da seguinte citação, que interpretamos como uma tentativa de leitura que se projeta como totalidade, mas que termina sendo um par heterogêneo, nos termos próprios do Montesquieu.

Cartago, enriquecida antes dos romanos, também mais cedo se corrompera. [...] A tirania de um príncipe não leva um estado para mais perto da ruína do que, numa república, a indiferença pelo bem comum. A vantagem de um estado livre é que as rendas são aí melhor administradas. Mas quando não o são? A vantagem de um Estado livre é que ele não tem favoritos [...] antigos costumes e um certo cultivo da pobreza tornavam as fortunas relativamente iguais em Roma (Ibidem, 2002. P. 30-31).

7. A Historicidade da Totalidade Social

Aqui encontramos uma concepção de totalidade que remete diretamente àquela formulada por Marx no capítulo 23 do Livro I de *O Capital*, ao desenvolver a categoria do exército industrial de reserva. Pois a forma de pensar que a pobreza é cultivada é praticamente uma ideia expressa na obra *O capital* (2017), Marx revela como diferentes processos sociais e econômicos — como a acumulação de capital, o desemprego estrutural e a dinâmica do mercado de trabalho — articulam-se de forma orgânica, compondo uma totalidade concreta. Trata-se de uma totalidade que não é estática nem meramente descritiva, mas que expressa a lógica interna das contradições do modo de produção capitalista, permitindo compreender como essas determinações múltiplas se entrelaçam e produzem os movimentos históricos.

Podemos, portanto, afirmar que a totalidade, a unidade dialética e a história, enquanto categorias analíticas são objetivas e ativas na configuração da realidade social. O próprio fato de contarmos com, no mínimo, quatro sujeitos historicamente distantes entre si — Montesquieu, Marx, Althusser e nós, intérpretes contemporâneos — já é suficiente para

justificar a objetividade da proposta metodológica que sustenta o campo da causalidade ou das determinações. Tais determinações, por sua vez, podem ser compreendidas, a partir de outras abordagens analíticas ou formais, como contraditórias. No entanto, para os autores aqui discutidos, essas contradições não são meras abstrações conceituais: elas são reais e imanentes ao movimento histórico, constituindo-se como forças efetivas da transformação social.

8. O método em Marx: crítica das formas e trabalho como mediação ontológica

O método em Marx não pretende criar categorias formais ou por uma sucessão linear de causas históricas, como ocorre em Montesquieu, mas sim por uma crítica radical das formas sociais que organizam a vida no modo de produção capitalista. Trata-se de uma investigação crítica das formas pelas quais o trabalho humano — enquanto atividade produtiva e mediadora da relação entre os seres humanos e a natureza — aparece socialmente sob o capital. Assim, embora Marx inicie *O Capital* com a análise da mercadoria, é preciso compreender que esta não é o objeto último de sua crítica, mas sim a forma social inicial que permite desvelar o conteúdo histórico da sociabilidade capitalista: o trabalho abstrato.

A mercadoria, o valor, o dinheiro e o capital não são categorias meramente econômicas, mas formas sociais historicamente determinadas, por meio das quais o trabalho é abstraído, quantificado e subsumido à lógica da valorização. O método em Marx, portanto, não toma essas formas como dados objetivos da realidade, mas como expressões fetichizadas e contraditórias do trabalho vivo, que Marx procura decifrar através de um movimento categorial regressivo e progressivo — indo da aparência à essência e da essência à forma desenvolvida.

Por isso, o trabalho não é o objeto da crítica no sentido imediato, mas é a substância viva das formas sociais que são criticadas. O método de Marx consiste em revelar como o trabalho, ao ser abstraído e submetido à forma-valor, dá origem a um sistema de relações sociais que se autonomiza e domina a própria vida humana. A crítica da economia política é, nesse sentido, uma crítica das formas históricas que deformam o trabalho humano e produzem a alienação da sociabilidade.

Portanto, o método em Marx é dialético, materialista e histórico: ele parte da forma (mercadoria), penetra seu conteúdo contraditório (trabalho abstrato), e reconstrói, em níveis crescentes de mediação, a totalidade social capitalista. Essa totalidade não é estática nem meramente estrutural: é um complexo contraditório de formas sociais em constante transformação, cuja dinâmica deriva da apropriação do trabalho vivo pelo capital. É por isso

que se pode afirmar que o trabalho é a “matéria viva” do método em Marx — não como essência positiva ou fixa, mas como mediação ontológica fundamental, pela qual a história se torna inteligível e a crítica social, possível.

9. A Contradição como Forma da Causalidade

A concepção de história em Marx permite compreender que o campo de determinações causais é, em si mesmo, um campo de contradições. O trabalho, enquanto relação social ativa e fundante organiza essas determinações num processo histórico não linear, em que as contradições não se resolvem de forma isolada, mas são constantemente elevadas a novos patamares da realidade social. A história, nesse sentido, não avança pela simples superação de conflitos individuais, como ocorre em Montesquieu, mas pelo acúmulo e intensificação das contradições, que se tornam mais complexas, mais densas e mais determinadas em cada época. Nesse movimento, o desenvolvimento histórico implica o progressivo afastamento das barreiras naturais, à medida que a sociabilidade humana — mediada pelo trabalho — se torna cada vez mais autônoma, múltipla e contraditória. O complexo social, portanto, é a expressão dessa historicidade em camadas, onde cada nova determinação carrega e reinscreve, de forma ampliada, as contradições anteriores.

10. Permanência na Mudança: Medeiros e a História em Marx

Essa interpretação da história em Marx encontra respaldo em expressivas formulações dentro do marxismo brasileiro. Para exemplificar, recorreremos a uma formulação de Medeiros (2021), cuja leitura tem sido particularmente relevante para nossas reflexões:

Grosso modo, pode-se dizer que a história, para Marx, é expressão de duas determinações da realidade (natural ou social, pouco importa, neste caso): (1) trata-se de um transcurso não aleatório, mas ao contrário, causalmente determinado ao longo do tempo; (2) trata-se de um transcurso no tempo no qual transformação e preservação se apresentam ou para dizê-lo numa única expressão, o processo histórico envolve uma *permanência na mudança* (MEDEIROS, BONENTE, 2021. P. 101).

Essa formulação reforça nossa leitura analítica crítica e que, em Marx, a causalidade histórica não pode ser pensada de forma mecânica ou linear, mas como expressão de um processo contraditório e fundado no trabalho como categoria ontológica e dinâmica.

11. Dialética Materialista: Forma, Fim e Complexidade

Compreende-se que o método em Marx é dialético — porém fundado na realidade concreta das relações sociais, e não na lógica idealista de Hegel. Trata-se de uma dialética materialista, cujas contradições não se dão apenas no plano das ideias, mas emergem do movimento histórico real das formas sociais. Essas contradições resultam de choques entre formas determinadas, encadeadas pelas finalidades humanas — isto é, pelo pôr teleológico do trabalho. É nesse processo que se manifestam formas contraditórias e, em muitos casos, antagônicas, que estruturam o desenvolvimento da sociedade. O trabalho, como atividade orientada por fins, constitui a mediação objetiva que põe em movimento as contradições da vida social, possibilitando a compreensão histórica de suas transformações e impasses.

Dessa forma, torna-se evidente que um dos desdobramentos fundamentais do processo histórico e dialético, conforme interpretado por Marx, é a compreensão de que a permanência e a transformação constituem momentos simultâneos do devir histórico — como já indicado na citação de Medeiros, sob a fórmula “permanência na mudança”. Contudo, antes de encerrarmos nossa análise, é importante apresentar uma formulação ainda mais consolidada no próprio Marx, que permite elevar o nível de sofisticação conceitual da compreensão histórica e científica do materialismo. Trata-se da célebre passagem presente na *Introdução* de 1857, em que Marx expressa de maneira exemplar a lógica do desenvolvimento histórico das formas sociais:

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc. A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco. Por outro lado, os indícios de formas superiores nas espécies animais inferiores só podem ser compreendidos quando a própria forma superior já é conhecida. Do mesmo modo, a economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc. (MARX, 2013, p. 84)

Essa passagem é fundamental, pois revela o método materialista de Marx em sua forma mais refinada: a leitura do presente como condensação das formas históricas anteriores, não como simples sucessão cronológica, mas como totalidade contraditória em que o antigo permanece, transforma-se, sendo superado ou ressignificado. O conhecimento científico da história, portanto, não se dá pela acumulação de fatos isolados, mas pela análise das formas sociais dominantes, a partir das quais se pode compreender tanto os vestígios das formações passadas quanto as tendências imanentes ao presente. A história deixa de ser um palco de

eventos e se torna o campo em que se revela a lógica do ser social em sua processualidade contraditória e determinada pelo trabalho.

12. A Substância em Movimento: Lukács e a Ontologia do Ser Social

Vejamos, que a nossa leitura da realidade social contribui para aprofundar e sofisticar ainda mais o entendimento do processo de “permanência na mudança”. Trata-se de György Lukács, cuja ontologia do ser social permite reconfigurar a velha categoria de substância — historicamente oposta ao devir — como um princípio ativo e imanente ao movimento histórico. Nas palavras do autor:

A substância, enquanto princípio ontológico da permanência na mudança, decerto perdeu seu velho sentido de antítese excludente em face do devir, mas obteve uma validade nova e mais profunda, já que o persistente é entendido como aquilo que continua a se manter, a se explicitar, a se renovar nos complexos reais da realidade, na medida em que a continuidade como forma interna do movimento do complexo transforma a persistência abstrato-estática numa persistência concreta no interior do devir. (LUKÁCS, 2017, p. 203)

Essa formulação lukacsiana complementa e aprofunda a interpretação marxiana do processo histórico: a história não é mero fluxo descontínuo nem simples sucessão de eventos, mas o **desdobramento interno de complexos sociais dinâmicos**, nos quais formas anteriores persistem, se renovam, e se tornam base para novas determinações. Assim, a substância deixa de ser concebida como essência imóvel, para tornar-se a **estrutura viva** dos próprios processos sociais. Em termos históricos, isso significa reconhecer que os elementos da realidade — categorias, instituições, modos de vida — carregam consigo resíduos e virtualidades de formações anteriores, mas incorporados de maneira dinâmica, contraditória e reconfigurada.

Nesse sentido, Lukács permite reafirmar, em chave ontológica, que a permanência na mudança — tal como propõe Medeiros e como já está prefigurada em Marx — **não é uma permanência inerte, mas um modo de ser da própria transformação social**, ancorado na reprodução ampliada das relações sociais de produção. A substância torna-se, assim, substancialidade do complexo social em movimento: não estática, mas histórica, não absoluta, mas relativa à forma como os seres humanos, por meio do trabalho, organizam sua existência.

13. Considerações finais

Este artigo procurou estabelecer um diálogo crítico entre a concepção de causalidade histórica em Montesquieu e a crítica marxista da história, ressaltando como o trabalho, enquanto relação social fundante, redefine as bases da inteligibilidade histórica. Se em Montesquieu o sujeito notável estrutura o acontecimento, em Marx é o trabalho que revela as determinações estruturais e contraditórias da realidade social. Com apoio em autores como Althusser, Medeiros e Lukács, afirmamos que a dialética materialista permite compreender a permanência na mudança como expressão de um complexo social historicamente constituído — ao mesmo tempo determinado e em constante transformação.

Ao recuperar Montesquieu e contrastá-lo com Marx, buscamos mais do que uma comparação teórica: intentamos uma crítica à forma dominante de pensar a história e a sociedade. Em tempos de obscurantismo e culto à individualidade heroica, é urgente restituir o trabalho — enquanto prática social e ontologia — ao centro da análise histórica. A história, para Marx, não é escrita pelos grandes homens, mas pelas contradições objetivas das formas sociais. Reafirmar isso é, também, um ato político: de crítica à ideologia dominante e de compromisso com uma ciência social enraizada na realidade e orientada pela emancipação humana.

A história, entendida à luz da ontologia do trabalho, deixa de ser um mero registro de feitos e decisões individuais para tornar-se um campo de contradições imanentes, atravessado pela mediação social do trabalho humano. O que Montesquieu anuncia como causalidade articulada pela moral dos governantes, Marx desvela como expressão de um modo de produção historicamente determinado. A partir disso, a história pode ser compreendida como forma de autorrevelação da sociabilidade humana, na qual a substância — como diria Lukács — já não é o oposto do devir, mas sua forma concreta. Assim, o método crítico e o objeto histórico se entrelaçam na produção de uma ciência comprometida com a verdade da totalidade social.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *Política e História: De Maquiavel a Marx*. Rio de Janeiro: Graal, 1972.

ALTHUSSER, Louis. *Para ler O Capital*. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social – Tomo I*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *Introdução à crítica da economia política (1857)*. In: _____. *Elementos fundamentais para a crítica da economia política (Grundrisse)*. Trad. Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política – Livro I: O processo de produção do capital*. 2. ed. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEDEIROS, João Leonardo; BONENTE, Bianca. *Marx e a crítica da economia política: considerações metodológicas*. São Paulo: Usina Editorial, 2021.

MONTESQUIEU. *Grandeza e decadência dos romanos*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2002.